

PATRIARCADO E RELAÇÕES DE GÊNERO NA OBRA *ERAM SEIS ASSINALADOS* (1994), DE LINDANOR CELINA

Valdemir Cavalcante Pinto Junior*
Wellingson Valente dos Reis**

Resumo: Este artigo tem por objetivo realizar uma análise do sistema patriarcal no romance *Eram Seis Assinalados*, da escritora paraense Lindanor Celina. Entendido aqui como uma ferramenta de controle social que regula o comportamento das mulheres, este sistema oprime e pune aquelas que desafiam as normas, como a personagem principal da obra em questão. Para isso, utilizou-se da crítica literária feminista, por meio de um diálogo entre as Ciências Sociais e a Literatura, extraído da narrativa trechos que dialogam com as considerações de autoras(es) que abordam a condição feminina no ocidente, como as historiadoras Michelle Perrot e Gerda Lerner, bem como o sociólogo Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Patriarcado. Gênero. Controle social. Crítica literária feminista.

PATRIARCHY AND GENDER RELATIONS IN *ERAM SEIS ASSINALADOS* BY LINDANOR CELINA

Abstract: The article aims to analyze the patriarchal system as portrayed in the novel "Eram Seis Assinalados" by Lindanor Celina, a Paraense writer. Viewed here as a social control mechanism that regulates women's behavior, this system oppresses and punishes those who challenge the norms, as the main character of the novel in question. The study employs feminist literary criticism, combining insights from Social Sciences and Literature. It extracts excerpts from the narrative that engage in a dialogue with theoretical perspectives on the female condition in Western society, including the works of historians Michelle Perrot and Gerda Lerner, as well as sociologist Pierre Bourdieu.

Keywords: Patriarchy. Gender. Social control. Feminist literary criticism.

Introdução

Uma das características mais fascinantes da literatura é a sua capacidade de retratar a realidade social. Esse fato, por sua vez, é um processo em constante transformação. Ao longo do século XX, a literatura (assim como as demais expressões artísticas) acompanhou as mudanças da sociedade em variados gêneros literários, como o romance, o conto e a poesia. E, sem dúvida, uma das transformações mais significativas que o século passado nos legou reside nos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

Na virada do século XIX para o XX, relegadas a uma condição subalterna de “administradoras do lar” e da educação dos filhos, a mulher como sujeito histórico começa, então, a reclamar uma posição de destaque nesta sociedade que (hoje) conserva resquícios de um patriarcalismo colonial. Definido aqui como instrumento político-social de controle sexual, o patriarcado moderno incorporou em seu discurso argumentos biológicos e médicos para justificar a subordinação da mulher. Nas palavras da historiadora Mary Del Priore (2020): “a diferença biológica seria a justificativa natural de uma complementaridade e de uma assimetria entre o homem, **ativo**, e a mulher, **passiva**” (p.9, grifo nosso).

Apesar de toda a opressão sofrida pelas mulheres em diferentes âmbitos, ao longo do tempo elas revestiram seus papéis, por meio de lutas, de um caráter social mais participativo, reclamando igualdade de direitos em relação aos homens. No Brasil, um desses segmentos sociais de participação feminina é o das mulheres escritoras que, já em meados do século XIX, se debruçaram a escrever sobre sua condição (ainda que timidamente), seja por meio da ficção narrativa ou do ativismo feminista em meio a esta sociedade patriarcal.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é realizar uma análise do sistema patriarcal e da maneira como ele se configura no romance, *Eram Seis Assinalados*, escrito por Lindanor Celina. Publicado em 1994, a obra retrata as vicissitudes de Irene, jovem mulher moradora da fictícia cidade de Itaiara, situada no interior do estado do Pará, lugarejo que apresenta fortes resquícios do patriarcalismo, visto como agente causador de um controle social estreito e fatal. Como afirma Fábio Lucas no prefácio para a publicação do livro, em 1994: “o tema de *Eram Seis Assinalados* não passa de um discurso sobre a liberdade” (LUCAS, 1994, p. 8). O patriarcado como instrumento de controle, causador de humilhações públicas à Irene, atinge principalmente mulheres “desviantes” que ousaram se comportar de modo pouco ou nada recomendável a sua condição. O conteúdo do romance será analisado de acordo com a produção historiográfica sobre a figura da mulher no ocidente, como os escritos das historiadoras Michelle Perrot, Mary Del Priore e Gerda Lener acerca da construção histórica do patriarcado como elemento de nossa estrutura social. De forma semelhante, a contribuição teórica do sociólogo Pierre Bourdieu a respeito da violência

simbólica será de extrema importância para compreendermos os mecanismos da dominação masculina na referida obra literária.

1 A condição da mulher na sociedade civil: ecos de um patriarcalismo enraizado

Tomada como elemento subalterno, a mulher costumeiramente restringiu-se à esfera privada do lar. Neste espaço, conforme a historiadora Michelle Perrot, desenvolveu-se um tipo de poder diferente daquele que os homens exercem no ambiente externo. No âmbito doméstico, a dona de casa é investida de todo tipo de função. A primordial é dar à luz e criar os filhos. A segunda é a manutenção da família por meio do trabalho doméstico não remunerado, que, já no início do século XIX, constitui o elemento por meio do qual a sociedade civil ocidental cresceu e se reproduziu.

Foi devido a essa dimensão privada do poder exercido pela mulher (e mantido à revelia dela), que se desenvolveu uma **segregação sexual** do espaço, pautada na distinção entre público e privado. Desse modo, o espaço público foi estabelecido como o ambiente político destinado aos homens (e feito por eles). Segundo Perrot (2017), a burguesia daquela época excluiu deste cenário os operários e as mulheres: “através da coisa pública, dos assuntos políticos, desenha-se um mundo da sociabilidade masculina (...) de onde as mulheres estão excluídas” (p. 197). Ainda que a historiadora delimite a sua análise sobre a França do século XIX (e ocasionalmente para a Inglaterra do mesmo período), esta linha de raciocínio pode ser expandida para a realidade brasileira no período em questão e nas décadas seguintes, haja vista que, até então, o Brasil pautava-se no modelo europeu de “civilidade” e “progresso” como verdadeiros exemplos de cidadania.

Contudo, a segregação sexual da mulher nada mais é que um produto do patriarcalismo, compreendido tanto como modelo de organização social como ferramenta de controle sexual. No âmbito da historiografia brasileira, um dos primeiros pesquisadores a analisar o sistema patriarcal brasileiro foi o sociólogo Gilberto Freyre, em seu clássico *Casa Grande & Senzala*. Em que pese as justas críticas que Freyre recebeu acerca do modo brando com que analisou a questão

da escravatura, é inegável que ele foi pioneiro em estabelecer que o sistema patriarcal, pautado no modelo de família nuclear, foi o grande responsável por manter o funcionamento do sistema colonial brasileiro. Este padrão de organização social possuía como núcleo central a figura do **patriarca** (ou senhor de escravos, no contexto da sociedade colonial escravocrata). Em torno dele, estabeleceu-se toda uma estrutura social baseada em regras de hierarquia, da qual o pai era a figura central.

Sabe-se que o sistema patriarcal está presente em quase todas as culturas do mundo. Neste modo de organização, a autoridade do chefe da família não é questionada. Sobre este aspecto, recorro ao que estabelece a historiadora brasileira Mary Del Priore, ao definir o patriarcalismo como:

Sistema em que os homens têm a tarefa de alimentar e proteger a família, assumindo todas as funções **fora de casa**. Às mulheres cabem a **organização do lar** e a educação dos filhos. Em 1945, o dicionarista Francisco Fernandes definia “patriarcal” como sinônimo de “bondoso”, “indulgente” e “pacífico” (Del Priore, 2020, p.13, grifo nosso).

Esta definição da autora converge com as considerações de Michelle Perrot acerca da segregação sexual entre homens e mulheres. Ao estabelecer que os homens assumem o papel de provedores da família, buscando fora de casa aquilo que é necessário à manutenção dela, o sistema patriarcal delega às mulheres a função de cuidadoras do lar, por meio dos serviços domésticos e da educação dos filhos. Dessa maneira, reforça a segregação sexual por meio da atribuição de papéis de gênero definidos histórica e socialmente.

Porém, Del Priore (2020) salienta que é a partir dos anos 1970 que a palavra ganha outra conotação, ao ser utilizada pelo movimento feminista para designar “um sistema social de opressão das mulheres pelos homens” (p.13). É justamente neste sentido mais amplo que o termo “patriarcado” será empregado neste artigo: como o meio através do qual as relações de gênero (de caráter desigual, assimétrico, **opressor**) são estabelecidas no contexto de *Eram Seis Assinalados*.

Visto como ferramenta de controle social cujas consequências são muito mais danosas para mulheres como Irene, os mecanismos de coerção da

sociedade patriarcal são, dessa forma, ressignificados para o contexto social amazônico de meados do século XX, época em que a obra aparentemente transcorre. A comunidade de Itaiara aciona esses dispositivos reguladores sobre Irene, fazendo com que a humilhação e o desprezo sejam as repreensões encontradas para puni-la por sua “transgressão”.

Antes de direcionar o foco da discussão sobre Irene, convém discorrer acerca de uma personagem tão importante quanto: Dona Adélia, mãe da protagonista. Esta é a personagem feminina que mais parece viver sob as rédeas do sistema patriarcal, uma vez que ela aceita sua condição subalterna sem questionamentos. Ao contrário de sua filha, D. Adélia nunca transgrediu nenhuma regra. Ela sempre viveu sua vida como esperava-se que uma mulher devesse viver: dedicada ao marido e à manutenção da família. O trecho a seguir, narrado em primeira pessoa, é indicativo das renúncias que D. Adélia teve de fazer, ainda na juventude, quando conheceu Geraldo Schneider, aquele que viria a se tornar seu futuro marido e pai de Irene:

No começo da rua aquele moço de andar mais que vistoso, vaidoso era? [...]. Seria um dançador, o mestre-escola? Nem nunca. Logo ele. Das primeirinhas tristezonas que me deu, primeira plantinha que ele fez morrer no jardim dos meus contentamentos, com olho-de-seca-pimenteira, foi essa. Eu tão amante a valsas, eu falhava festa alguma? Serenata se cumpria sem a minha presença, minha voz, minhas euforias? Pois foi o sacrifício inicial:

- Meu bem, pedido que lhe faço, você não dança mais (Celina, 1994, p. 27).

Em um longo e angustiado monólogo interior (apenas um dos vários presentes na obra), Adélia lamenta ter acatado a ordem de Geraldo para que parasse de dançar, atividade que ela adorava desempenhar nas festas e serenatas da região de Itaiara. Apaixonada que estava, a romântica e jovem sonhadora, agora uma resignada mãe de família, não viu uma alternativa a não ser submeter-se à vontade de seu futuro marido, naquela que talvez tenha sido sua primeira atitude de submissão. Segue D. Adélia:

Professor era, mestre na arte de acabar com as alegrias da gente: “Não dança mais. Nem lhe quero ver cantando serenatas”. Não dançava ele. Desentoadado ele. Doíam-lhe as minhas muitas influências, meu prestígio, como não vi? Mas

apaixonada vê coisa alguma? Aquele chegou feito um destino. Acabou-se (Celina, 1994, p. 28).

Como se vê, a atitude possessiva e opressora de Geraldo diante da futura esposa é uma das ferramentas que o patriarcado dispõe para estabelecer o controle da mulher. Ao ver a esposa como sua serva, o marido acha-se no direito de impor a sua autoridade como “macho dominante”. Dança, canto e presença em serenatas não são atitudes que se esperam de uma futura mãe de família, a não ser que isto ocorra na companhia do marido (algo que Geraldo não era afeito a praticar). A submissão de D. Adélia, contudo, vai muito além da proibição de dançar: também se manifesta na resignação que ela teve de assumir diante das traições do marido, algo que é mencionado em alguns trechos da narrativa, como a seguir:

Eu então era lixo, ele um transtornado, nem comer direito comia, o pedaço de carne virava pedra na sua boca, certa vez o vi chorar no prato fundo [...], essa noite, jantar de mágoas, alguma ela lhe tinha feito, a pata ruiva, rabuda dos infernos, um capricho, uma exigência, quem sabe não foi esse dia que lhe botou a faca no peito:

“Larga tua mulher, vem morar comigo.” “Mas... e as meninas?”
“Problema teu, nesta sinuca não fico, a tua magrela-morta-à-fome, cada vez que me vê, escarra, ou larga risada me xingando, pois eu mostro a ela quem pode mais: resolve!” (Celina, 1994, p.35).

D. Adélia sentia-se desprezada por Geraldo diante da paixão que ele desenvolveu por outra mulher: a ruiva Basiléia, descrita pejorativamente como “pata ruiva”. Quando a amante pressionou Geraldo para que ele largasse a esposa e vivessem juntos, o professor optou pela família, mantendo assim as funções de pai e marido provedor. Essa penosa escolha causou a tristeza com que D. Adélia o viu passar, a ponto de uma lágrima escorrer de seu rosto na hora do jantar.

Apesar de toda a subordinação pela qual D. Adélia era vítima, ela desempenhava junto aos moradores de Itaiara uma função importante: era a ela que os vizinhos recorriam quando alguma moléstia de cunho religioso ou espiritual os acometia. Isto porque Adélia era seguidora do espiritismo de Allan

Kardec, e por isso mesmo, era muito requisitada como uma espécie de “curandeira”.

Este auxílio espiritual que D. Adélia realizava junto à comunidade está, conforme a análise da historiadora Gerda Lerner, em sua obra *A Criação do Patriarcado*. Segundo ela, mesmo após um longo período de subordinação sexual e econômica aos homens, as mulheres ainda desempenham papéis de respaldo como mediadoras entre seres humanos e divindades. Em diferentes culturas e nas mais variadas épocas (inclusive na contemporaneidade), essas mulheres podem assumir o papel de videntes, adivinhas e curandeiras. Segundo Lerner: “o poder feminino metafísico [...], é venerado por homens e mulheres na forma de deusas poderosas, mesmo bastante tempo depois de as mulheres serem subordinadas aos homens” (Lerner, 2019, p.40). No entanto, quando Irene cai em desgraça, nem mesmo aqueles que se beneficiaram das habilidades espirituais de D. Adélia prestaram o menor apoio a ela ou à família Schneider.

Como já foi dito, a ordem para que a mulher pare de desempenhar uma atividade prazerosa é apenas uma das manifestações do patriarcado nesta obra. Contudo, antes de realizar uma análise mais apurada dela, é importante salientar alguns aspectos da vida de sua autora, que podem ter relação (in)direta com o enredo de sua obra.

2 A autora e sua obra: entre a memória individual e a coletiva

Apesar de possível discorrer acerca de uma obra literária sem considerar a vida pessoal de seu/sua autor(a), não são raras as ocasiões em que a trajetória do criador tem influência direta na sua criação artística. Acerca disto, a historiadora norte-americana Joan Scott (1995) explorou o fenômeno da autoria, relacionando-a com as questões de gênero. De forma singular, ela investigou a influência que as identidades sociais e políticas podem desempenhar nos(as) autores(as), por meio de um vínculo entre a escrita e a representação de si. No caso de Lindanor Celina, esse aspecto muitas vezes é delimitado por uma fronteira tênue entre “ficção” e “realidade”. Isso fica ainda mais evidente quando tomamos contato com seus *modos operandi*: Lindanor escrevia com base

naquilo que via, naquilo que ouvia e com base nas pessoas com quem se relacionava. Nesse aspecto, o seu ato de escrever era muito associado, na visão de Gutemberg Guerra, ao de um(a) antropólogo(a):

Mais do que isso, a descrição de como [Lindanor] incorporou esse pragmatismo do registro na sua estratégia criativa se aproxima do que Roberto Cardoso de Oliveira propõe em “O trabalho do antropólogo”, destacando como procedimentos fundamentais “**olhar**, o **ouvir** e o **escrever**” (Guerra, 2017, p.15, grifo nosso).

Além deste caráter etnográfico, que por si só já denota uma relação pessoal com a “matéria-prima” da escrita (a realidade que a circunda), existe na obra da escritora uma importância substancial da **memória**. Constatamos isto pois muitos aspectos na jornada narrativa da personagem Irene, foram também vividos pela própria autora em sua infância. Tal qual sua protagonista, o pai de Lindanor e sua família mudaram-se da casa onde a filha nasceu, o que levou a garota a viver boa parte de sua infância em outra cidade (podemos dizer que no universo ficcional de Celina, a cidadezinha de Itaiara seria o equivalente ao município de Bragança, onde a futura escritora viveu boa parte de sua infância). Tal como Irene, Lindanor mudou-se para Belém a fim de cursar o ensino ginasial, onde seu desempenho acadêmico fez com que naturalmente se destacasse dos demais, ao ganhar prêmios escolares de melhor rendimento, trilhando assim o futuro caminho rumo às letras.

Este aspecto nos leva a um questionamento, comumente levantado pelos especialistas que se debruçam sobre sua obra (e que este limitado artigo não tentará responder): o quanto de Lindanor existe em Irene? Qual a influência da criadora sobre a criatura? Na tentativa de compreender este fenômeno, podemos recorrer ao filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin. No capítulo “O autor e a personagem”, presente na obra *Estética da criação verbal*, o teórico alega que em certos casos o autor pode se apossar da personagem, fazendo assim com que o reflexo daquele se deposite “na alma ou nos lábios da personagem” (2003, p.18). Esse tipo de personagem pode desenvolver-se pelo caráter **autobiográfico**. Ainda segundo Bakhtin (2003), esse tipo de personagem é categorizado da seguinte forma:

[...] tendo assimilado o reflexo concludente do autor, sua resposta formadora total, a personagem faz dela um momento de autovivenciamento e a supera; essa personagem é inacabada, ultrapassa no seu interior cada determinação total como inadequada a si mesma [...]. Personagem desse tipo é infinita para o autor, isto é, tudo está sempre a renascer, reclamando novas e mais novas formas de acabamento que ela mesma destrói com sua autoconsciência (p.18).

Embora não responda à questão anteriormente levantada, Guerra (2017) nos mostra que o ambiente de origem tem fundamental importância na obra de Lindanor: “o trabalho com a memória coletiva, efetivamente feito por Lindanor Celina torna o seu texto de uma densidade histórica imprescindível para a compreensão da dinâmica territorial amazônica” (p. 16). Por fim, Josse Fares (2003) é categórica ao afirmar que: “Certa vez, Lindanor [...] disse-nos que não há romancista sem memória. E a memória, como se sabe, pontuou a **maioria** de seus romances” (p.5, grifo nosso).

E o que seria esta memória, vista por Lindanor como elemento crucial do ofício de um(a) escritor(a)? Definida aqui como expressão tanto individual quanto coletiva, a memória é uma faculdade humana que exerce influência sobre a história, tanto de uma comunidade quanto de um indivíduo. Até o início do século XX, acreditava-se que a memória era regida unicamente por leis biológicas, ou seja, que o indivíduo era o único responsável por resgatar os aspectos de seu próprio passado. Porém, foi com o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2023) que os estudos da memória ganharam um fator social, mostrando a existência de uma relação intrínseca entre o pessoal e o coletivo. De uma forma geral, o autor estabelece que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, tendo-se que levar em conta os contextos sociais que atuam como base para a (re)construção da memória. Neste sentido, nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social. Tal qual na obra de Lindanor, em que ficção e realidade mesclam-se de forma tão naturalmente sincrônica, boa parte das lembranças de um indivíduo é relativa a momentos compartilhados com outros.

Daí a importância de uma autora como Lindanor, ao registrar, seja por meio da crônica ou dos próprios romances, o modo de vida dos habitantes da região amazônica. Sendo assim, é chegada a hora de analisar mais detalhadamente a trama de *Eram Seis Assinalados*, que pode ser vista tanto

como um retrato da condição da mulher em uma comunidade rural, como uma denúncia de que o conservadorismo pode assumir um caráter coercitivo nesse tipo de ambiente “provinciano”.

3 As rédeas do patriarcado sobre Irene: uma jovem mulher assinalada

Como já foi mencionado, *Eram Seis Assinalados* foi publicado em 1994, sendo o terceiro romance de uma trilogia, iniciada em 1963 com *Menina que Vem de Itaiara*, seguido por *Estradas do Tempo-Foi*, de 1971. Em ambos os casos, o fio condutor das narrativas é a personagem Irene, que no primeiro livro não passa de uma criança em processo de descoberta do seu lugar no mundo, quando sua família se muda da cidade de Buritizal, onde nascera, para Itaiara, no interior do Pará. Na trilogia de Lindanor, essas localidades fictícias representam, respectivamente, os municípios paraenses de Castanhal e de Bragança, locais em que a autora nasceu e onde viveu sua primeira infância.

Se no primeiro romance da saga de Irene, vemos o ponto de vista de uma criança acerca do seu lugar no mundo, *Estradas do Tempo-Foi* segue narrando a adolescência dessa jovem em Belém, quando a mesma é enviada para cursar o ensino ginásial em um renomado colégio interno. Por sua vez, *Eram Seis Assinalados* acompanha o amadurecimento desta personagem. Aqui, a maior parte da trama desenvolve-se no íntimo dos personagens principais, por meio de solilóquios e alocações imaginárias das mesmas. Segundo Fábio Lucas (1994), os solilóquios na obra “são razões diretoras das decisões, sua justificativa em nível do consciente” (p.9).

Em seu título, *Eram Seis Assinalados* faz referência a um grupo: a família Schneider, da qual Irene é a representante mais “ilustre”. A epígrafe da obra, extraída do Apocalipse de S. João, já indica que o aspecto religioso terá relevância nesta história: “Ouvi então o número dos assinalados: cento e quarenta e quatro mil assinalados de toda a tribo dos filhos de Israel” (Ap 7:4). A depender da tradução da Bíblia, o termo “assinalado” pode vir substituído por “marcado”. No livro do Apocalipse, o versículo em questão faz referência à quantidade de pessoas marcadas/assinaladas com o selo divino, indicando que estas eram servidoras de Deus, e que, portanto, seriam absolvidas na ocasião

do juízo final. No contexto da obra de Lindanor Celina, veremos que a marca dos assinalados não é um indicativo da salvação, mas sim da “maldição” que se abateu sobre os membros da família Schneider (principalmente sobre Irene) após o suposto deslize moral cometido por ela.

Sendo assim, esta é a história da queda moral de uma mulher perante os habitantes da cidade em que nasceu, de como ela enfrentou a desaprovação pública, e de como este fatídico episódio afetou indiretamente todos os outros membros da família. É importante salientar, no entanto, que Irene será a principal personagem marcada pelas chagas sociais da conservadora comunidade onde mora. É sobre ela que os rígidos mecanismos de coerção da sociedade patriarcal serão acionados. Cabe agora analisar com mais detalhes o que aconteceu a esta jovem mulher para que caísse em desgraça.

Antes do incidente que provocou sua “queda”, Irene era vista como uma espécie de jovem prodígio, já que sempre fora inteligente, perspicaz e determinada a mudar de vida pelas vias do saber. Ao destacar-se na escola primária local, seus pais a mandaram para Belém (fato narrado em *Estradas do Tempo Foi*), a fim de cursar o ensino ginasial e desenvolver suas capacidades intelectuais. Na capital paraense, Irene passa 5 anos estudando no prestigiado Colégio Santo Amaro (um internato voltado para os socialmente “bem-nascidos”), onde logo se destaca pelo seu rendimento acadêmico.

Após concluir os estudos na capital paraense, Irene retorna para Itaiara com aproximadamente 18 anos. No internato, ela aprendera italiano e lê clássicos da literatura neste idioma, o que causa bastante admiração na comunidade eclesiástica local, comandada por padres italianos recém-chegados. Esse domínio intelectual, aliado ao seu comportamento afetuoso, faz com que ela conquiste a confiança da prelazia, desempenhando muitas funções junto à paróquia da cidade, auxiliando inclusive na catequese das crianças (atividade desempenhada de forma voluntária). Isso também a aproxima do padre Enzo, um sacerdote italiano relativamente jovem e tido como “bem-apegoado”. É justamente a aproximação entre Enzo e Irene que irá resultar na queda moral da jovem, pois logo será descoberto que os dois mantinham um relacionamento amoroso, espalhando-se o boato de que ela supostamente engravidou do sacerdote.

Vemos aqui um dos maiores dispositivos sociais reguladores da moral e dos “bons costumes”: a fofoca. Responsável pela difamação de uma jovem mulher, outrora vista como modelo de comportamento, a rede de intrigas que impera em Itaiara faz com que Irene seja alvo de uma comunidade que antes a exaltava por ser uma moça estudiosa e religiosa. É neste aspecto que os mecanismos reguladores do patriarcado são acionados: na forma de controle social (e sexual). O mesmo sistema de opressão das mulheres pelos homens faz com que uma jovem, anteriormente bem quista, tenha o seu *status* social alterado profundamente. Este caráter regulador da fofoca fica evidente em vários trechos, como a seguir: “*Por isso falam as comadres: ‘E vamos e venhamos, desde que me entendo por gente, mana [...], há que séculos não tivemos um escândalo igual ao da professorinha, hem? E logo com um padre!’*” (Celina, 1994, p. 46). Os dispositivos reguladores (e difamadores) do patriarcado assumem forma do escárnio e da humilhação pública. Boatos são difundidos em todos os cantos da cidadezinha como verdades incontestáveis:

As comadres prosseguem, a rua varrida por um vento só:

- Não, mal pra professorinha o gringo não fez. Eu conheço. Basta ver-lhe a cara, assanhamento não lhe falta, mas furada não é.

- Fez sim, ela até abortou, ficou dias de cama, sumida.

- Nada, foi abortar em Belém, era coisa taluda, ela ia esticando a canela, não viu como voltou branca, branca? [...].

A cidade era um murmurar, aquilo queimava mais que as medusas, as “caravelas” da praia do Ajuruteua, quando tempo delas; doía, doía, mais pelo desmesurado, tantas bocas, maus olhares e regozijos durante o infortúnio acontecido a uma família (Celina, 1994, p.51, grifos da autora).

As falas presentes no trecho são de mulheres moradoras de Itaiara, chamadas pelo narrador em terceira pessoa de “comadres”. Ambas conhecem Irene e a família Schneider, mas elas preferiram acreditar nos rumores instaurados sem averiguar a veracidade deles. Merece atenção também as ofensas verbais comumente destinadas às mulheres que, no bojo da sociedade patriarcal, desviaram-se da rota: uma mulher como Irene vira “rameira” por supostamente deitar-se com um homem sem estar casada com ele. E o fato do mesmo ser padre torna o seu deslize ainda mais condenável.

Podemos analisar o trecho acima novamente segundo as considerações da historiadora Gerda Lerner, ao afirmar que o sistema patriarcal é tão eficiente

145

porque ele funciona graças à cooperação das próprias mulheres. É por meio da ação reguladora de outras mulheres, como as “comadres” de Itaiara, que são acionadas as ferramentas de controle e de coerção da sociedade patriarcal. De acordo com a ativista feminista Lola Aronovich, no prefácio para *A criação do patriarcado*, de Lerner: “As mulheres participam no processo de sua subordinação porque internalizam a ideia de sua inferioridade. Conforme apontou Simone de Beauvoir: ‘o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos’” (Aronovich, 2019, p. 25). Dessa forma, os boatos de uma suposta gravidez ganham *status* de verdade e o julgamento moral sobre Irene, instaurado por mulheres que também são subjugadas, torna tudo ainda mais contraditório.

Após o boato do envolvimento com o padre Enzo e da suposta gravidez se espalharem pela comunidade, Irene se vê completamente desamparada, sem ter a quem recorrer:

Irene vai sozinha ruminando coisas pela vereda. Não tens pai, nem mãe nem amigos. E nesta terra não sobrou uma voz para clamar em tua defesa. Uma só, não existe? Sim (isso ela sempre soube), um todo-poderoso (...), mais que todos: o bispo, outrora teu conselheiro, camarada, quase irmão, que fazia o bispo que não saía em teu socorro! Também ele a havia negado. Vivia com o Evangelho na mão. E praticava o oposto do Cristo, que comia com os pecadores (Celina, 1994. p.16).

Este trecho, apresentado logo no começo da narrativa, indica como Irene se encontrava sem rumo, angustiada e abandonada até mesmo por seus pais. No contexto de um escândalo como este, a vergonha que a família sente pelo que a filha supostamente fez, ocasionou o afastamento da jovem, uma vez que ela tem medo do julgamento dos membros de sua comunidade. O abandono de todos os que ela tinha mais estima, incluindo D. Amandio, o bispo responsável pela manutenção da diocese, causou em Irene uma profunda angústia. Vale dizer que há um longo solilóquio por parte de D. Amandio, em que ele resolve ir até a casa de Irene a fim de ouvir desta a sua versão dos fatos. Contudo, em meio ao longo trajeto realizado, os devaneios do sacerdote nos revelam que ele não tinha certeza se deveria fazer isto:

Agora vou à casa de Irene. Caminho mais demorado e áspero, onde? Nunca o sol causticou tanto, estou banhado em suor, hora ingrata escolhi, vou estremunha-los, chegar lá com a minha deslocada piedade [...]. Ali vou, mensageiro de quê! De mãos abanando, é o que é. Indigente, mais pobre que qualquer um deles. Entretanto, legítimo é este tormento, a culpa, o belo pastor. Pastor incapaz. Cara passada de vexame, perante a cidade [...].

Vejo que não é possível. Nunca transporei esse caminho, seja ao sol do meio-dia, ou acobertado pelas sombras, jamais.

Não irei a tua casa, Irene, não verei teus pais, não enfrentarei tua mãe. Falta-me coragem para encarar seus olhos pesados, tarefa demasiada, tenho pudor, nada quero acrescentar ao teu vexame, minha viagem até aí seria interpretada como uma carga a mais contra ti. Nós fomos amigos (Celina, 1994, p.109-111, grifo da autora).

Vemos aqui mais um dispositivo regulador do patriarcado: o descaso que uma mulher recebe após um boato envolvendo seu nome espalhar-se pela comunidade. Mesmo que tudo aquilo fosse verdade, as figuras de autoridade que residem em Itaiara (neste caso, o bispo e a prelazia paroquial) não tiveram a consideração de investigar se os rumores maldosos a respeito de Irene eram autênticos. O mais “sensato” a se fazer foi mesmo promover o isolamento social da jovem, a fim de puni-la por um deslize moral que, pelo menos até aquele momento, não se sabia se era verídico.

Contudo, o desenrolar da narrativa revela que uma parte dos boatos a respeito de Irene e do padre Enzo eram verdadeiros. Todavia, a suposta gravidez da moça e o aborto que ela teria cometido em Belém, disseminados em Itaiara por meio das “comadres”, mostraram-se completamente falsos. Isto é revelado por meio da própria Irene, em uma longa e franca conversa com Dom Amândio, representada por meio dos solilóquios (foi a própria jovem que procurou o sacerdote, uma vez que este sentia-se incapaz de ir até a casa dela):

Irene: Por quem me toma Vossa Reverendíssima! Sabe muito bem que desta barriga não saiu nenhum inocente. Não, senhor bispo, não contribuí até a presente data para engrossar a legião dos tristesinhos do limbo. Fiz tudo para me lançar de cabeça nesta voragem. Mas não arranquei filho deste ventre (Celina, 1994, p. 128, grifos da autora).

A partir de agora, desenvolve-se uma extensa conversa (com aspectos de confissão) de Irene para com o bispo, na qual a moça expõe a sua versão dos

fatos. É através desta explanação que o leitor vai tomando conhecimento de alguns aspectos até então suprimidos da narrativa, como a natureza da relação entre Irene e o padre Enzo. Eles nem sequer mantiveram relações sexuais: “Quando comecei a me sentir culpada? Não demorou. Porque já trocávamos nossos códigos. Monsenhor: eu com ele não me deitei em cantíssimo nenhum” (Celina, 1994, p. 134). Tudo leva a crer que o padre Enzo realmente apaixonou-se por Irene, devido a sua personalidade carismática e às suas capacidades intelectuais, como o domínio do italiano.

Em seu relato ao bispo, ela conta que, após os olhares indistintos que ambos trocavam, Enzo propôs um encontro no quarto que ele ocupava dentro da casa dos padres. Porém, Irene não compareceu, deixando o sacerdote ainda mais obcecado. A recusa da jovem em ceder às suas investidas deixou no padre a certeza de que ela era “pura” e casta:

Aquela proposta foi pura comédia. Eu a fiz tremendo. Calculei: Se ela for, ai de mim, é igualzinha a muitas. Se não, serei um privilegiado. Fiz aquilo rezando para que você não aceitasse, juro-lhe. Saindo da sacristia, debaixo do sol, até a casa paroquial, eu implorava, Deus, por vossa paixão e morte, fazei-a valente, que ela jamais transponha a soleira daquela porta [...]. Teu anjo da guarda não te abandonou na provação (Celina, 1994, p.140).

Um aspecto em particular chama atenção neste segmento, que expõe a fala de Enzo para Irene após a ausência dela no referido encontro: o fato da jovem não ter comparecido é a prova que ele necessitava para ter certeza de que ela não era “igualzinha a muitas”. Qual teria sido a reação do padre se a jovem tivesse ido ao encontro dele? A fala dele nos leva a crer que, se porventura ela tivesse ido até o seu quarto, isto faria dela uma moça indigna do amor que ele nutria. A postura de Enzo revela mais um mecanismo pelo qual o patriarcado não apenas controla, mas também divide e categoriza as mulheres entre “respeitáveis” e “não respeitáveis”. Como no trecho a seguir:

“Conheço a vida. Sei o que são essas meninas suas amigas [...]”. Falou: “Eu tinha motivos para submetê-la àquela prova. Tanta gente que eu jurava limpa, é faltosa. Mocinhas cara de anjo, senhoras reputadas honestas, sabe Deus, sabe Deus. Então, eu

te amando, Irene, pela primeira vez e com toda a força do meu amor, precisava saber, você entende?” (Celina, 1994, p.142).

Mais uma vez, podemos recorrer à Gerda Lerner para compreender como operam as ferramentas de opressão do patriarcado moderno. Segundo a historiadora, “mulheres respeitáveis” são conferidas de prestígio e consideradas modelos de comportamento, mas quebrar essas regras pode rebaixá-las por completo. Para Lerner (2019), “a definição sexual de ‘desvio’ marca uma mulher como ‘não respeitável’, o que de fato confere a ela o mais baixo *status* social possível” (p. 354). Se tivesse entrado no quarto do padre Enzo, ainda que atendendo a um pedido do próprio, Irene se tornaria uma mulher não respeitável para ele.

Apesar de todo o interesse de Enzo e sua aparente iniciativa de levá-la para a Itália, Irene parece não ter correspondido aos sentimentos do padre na mesma proporção. Em sua conversa/confissão à D. Amandio, a jovem dá indícios de que nunca chegou a amar Enzo de verdade. “Eu alimentava aquilo por uma vaidade? Mostrar a todos. Sou a eleita, por mim largou tudo...” (Celina, 1994, p. 136). Como já foi dito anteriormente, Enzo era apreciado pelas mulheres de Itaiara por sua beleza e pelo fato de ser um estrangeiro europeu em terras amazônicas. O fato de ter um homem nessas condições tão afeiçoado por ela pode ter feito com que Irene se sentisse vangloriada, alimentando seu ego: “Aquele homenzarrão ao pé do gradil era nas minhas mãos uma criança” (Celina, 1994, p.137).

Mesmo após Enzo declarar juras de amor a Irene, prometendo-lhe que pediria a suspensão de seus votos e que a levaria para morar na Itália, ela não se sentia apta a corresponder-lhe. No entanto, essa constatação só veio tardiamente:

Vossa Reverendíssima. Sabe, falo pelos cotovelos, mas meu instinto de mulher pressentiu que daquela hora em diante Enzo seria meu escravo. Fiz-me impassível, adulta. Até então teimara em ser menina. Ali virei mulher que exige e garimpa, esmaga [...], estou a léguas da tentação desse boboca. Eu fria e tronando. Como ele, com sua perspicácia, não atinou com a razão do meu silêncio? Enganou-se. E quanto mais se afundava no engano, mais se rolava no chão diante de mim (Celina, 1994, p.139-140).

Se Irene nunca estivera apaixonada por Enzo, então podemos conjecturar que a sensação de ter um estrangeiro encantado por sua personalidade extrovertida e capacidade intelectual tenha feito bem ao seu ego, razão pela qual ela tenha alimentado os sentimentos do padre e aceitado seus planos de vida juntos (o que não se concretizou, já que Enzo aproveitou o fracassado plano de fuga com Irene para desaparecer de Itaiara). De qualquer modo, a atitude de Irene pode ser analisada segundo o que Antonio Candido escreve a respeito da personagem de ficção. Segundo ele, o romance moderno aumentou a complexidade em caracterizar o ser fictício, devido a sua amplitude, tornando-os ainda mais complexos e multifacetados. Para Candido (2009):

A força das grandes personagens vem do fato de que o sentimento que temos da sua complexidade é máximo [...]. Graças aos recursos de caracterização (isto é, os elementos que o romancista utiliza para descrever e definir a personagem[...]), graças a tais recursos, o romancista é capaz de dar a impressão de um ser ilimitado, contraditório, infinito na sua riqueza (p. 59).

Com esta consciente atitude de controle sobre Enzo, Irene acredita ter exercido assim uma condição dominante sobre ele. A frase: “Meu instinto de mulher pressentiu que daquela hora em diante Enzo seria meu escravo” (Celina, 1994, p.139), soa de forma peculiar e destoante em uma obra permeada por situações em que as mulheres são subjugadas. Contudo, esta pretensa postura de dominação por parte de Irene pode ser analisada segundo os postulados de Pierre Bourdieu, em sua já clássica obra *A dominação masculina*. Nela, o sociólogo francês afirma que as mulheres foram, histórica e simbolicamente, dedicadas à resignação e à descrição. Nessa conjuntura de dominação simbólica, elas só conseguem exercer alguma espécie de poder voltando suas “armas” contra o elemento mais forte desta relação (os homens). Porém, as tentativas femininas de transgredir aquilo que Bourdieu chama de “norma androcêntrica” acabam se revelando insuficientes. Sobre isto, o sociólogo afirma que:

As próprias estratégias simbólicas que as mulheres usam contra os homens, como as da magia, continuam dominadas, pois o conjunto de símbolos e agentes míticos que elas põem em ação, ou os fins que elas buscam [...], têm seu princípio em uma **visão**

150

androcêntrica em nome da qual elas são dominadas. Insuficientes para subverter realmente a relação de dominação, tais estratégias acabam resultando em confirmação da representação dominante das mulheres como seres maléficos, cuja identidade, inteiramente negativa, é constituída essencialmente de proibições, que acabam gerando igualmente **ocasiões de transgressão**. É o caso, sobretudo, de todas as formas de violência não declarada, quase invisível por vezes, que as mulheres opõem à violência física ou simbólica **exercida sobre elas pelos homens**, e que vão da magia, da astúcia, da mentira ou da passividade (Bourdieu, 2022, p.59-60. Grifo nosso).

Sendo assim, quando Irene acredita exercer algum poder sobre seu amante, ao afirmar que “daquela hora em diante Enzo seria **meu escravo**”, ou ainda: “ali virei mulher que exige e grimpa, **esmaga**” (Celina, 1994, p.139, grifo nosso), ela, na verdade, está apenas reforçando o caráter negativo que os homens pensam a respeito das mulheres, vistas como “dissimuladas” e “ardilosas”. A prova maior deste ineficiente exercício de poder é que, após a difusão do escândalo, Enzo aproveita os planos de fuga que elaborou em conjunto com Irene para sumir de Itaiara, deixando a jovem para trás. Além disto, seguindo a análise de Bourdieu (2022), essa postura de Irene enquanto oprimida está inserida em uma lógica de dominação simbólica muito mais forte: aquela que o homem exerce sobre a mulher, e que se mostra tão eficiente, pois é legitimada por elementos exteriores, os quais também são historicamente construídos, como veremos a seguir.

Desse modo, a situação pela qual Irene foi submetida pode ser analisada sob o prisma da violência simbólica com que a dominação masculina é perpetuada no bojo da sociedade patriarcal. Ainda recorrendo às contribuições de Bourdieu (2022), o sociólogo evidencia que tudo o que acontece na sociedade é uma construção histórica, incluindo aí a subjugação da mulher pelo homem. Grupos dominantes fazem com que certos comportamentos e maneiras de pensar pareçam dados e “naturais”, quando, na verdade, resultam de um longo e bem-sucedido processo histórico de dominação (simbólica ou material). No que tange à dominação masculina, Bourdieu (2022) enfatiza que a ideia de naturalização da submissão feminina (ou de “eternização da dominação”) é tão

eficaz porque ela é reforçada pelas instituições sociais elementares: a família, a Escola, o Estado e a Igreja.

Dentro da narrativa, o papel dessas instituições nos dissabores de Irene fica evidente no modo como a jovem foi desprezada, tanto por seus familiares quanto pelos membros da paróquia em que ela tanto ocupava seu tempo livre. Da mesma forma, a prefeitura de Itaiara afastou-a do trabalho que ela desempenhava como professora municipal. Vale reiterar: tudo isso sem que houvesse, por parte de quaisquer desses agentes, a menor investigação sobre a veracidade dos boatos, e sem que a parte mais afetada pela difamação pública fosse ouvida. Portanto, em *Eram Seis Assinalados*, os mecanismos de controle do patriarcado, manifestados na forma de uma violência simbólica que reforça a dominação masculina, mostram-se tão implacáveis como seriam na vida real.

Considerações finais

Discorrer acerca de um fenômeno histórico e social por meio de uma obra literária é fascinante, e, ao mesmo tempo, assustador. Fascinante porque as possibilidades de trabalho do historiador com a literatura são variadas e permitem múltiplas análises. Assustador porque constatamos que a ficção presente em *Eram Seis Assinalados* nada mais é que um reflexo da realidade em que vivem milhares de “Irenes” pelo Brasil, e no qual a mulher, ainda, constitui um ser humano historicamente oprimido.

O patriarcado como estrutura social mantém-se mais ativo do que nunca. Se não vivêssemos em uma sociedade baseada nesta estrutura, o recente relatório da ONU não teria apontado que 137 mulheres são mortas por dia no planeta¹. Os dados apontam ainda que, em 2017, de todas as mulheres assassinadas mundo afora, 58% foram mortas por um membro da família. Não seria exagero constatar que, se um caso como o de Irene fosse realidade, ela seria vítima de feminicídio e fatalmente estaria entre essas estatísticas.

Encerro este limitado artigo com mais uma referência à historiadora Gerda Lerner, por sua excelência em discorrer sobre o sistema patriarcal. Segundo ela,

¹ Fonte: As histórias de mulheres assassinadas em um único dia ao redor do mundo - BBC News Brasil. Acesso em: 8 de maio de 2023.

o ato de registrar e interpretar o passado marcou a entrada do homem na história. Para os homens, este fenômeno teria ocorrido já no terceiro milênio a.C. Para algumas mulheres, contudo, esse processo começou a ocorrer apenas a partir do século XIX. Daí a necessidade de valorizar a obra de autoras como Lindanor Celina, que usaram de sua escrita para “dar voz” a personagens femininas tão marcantes para a literatura brasileira, mas que, ainda assim, permanecem desconhecidas de grande parte dos leitores.

Notas:

* Especialista em Linguagens e Artes na Formação Docente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Belém. Membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arte, Cultura e Educação (GIPACE/IFPA). Licenciado em História pelo Centro Universitário FIBRA. E-mail: valdemircavalcante@gmail.com.

** Doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia. Professor do Instituto Federal do Pará – Campus Belém. Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arte, Cultura e Educação (GIPACE/IFPA) e Membro do Grupo de Pesquisa Mulheres Amazônidas e Latino-americanas na Literatura e nas Artes (MALALAS/UFPA). E-mail: wellingson.valente@ifpa.edu.br.

Referências Bibliográficas

ARONOVICH, Lola. “Prefácio”. In: LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 2019, 400p.

BAKHTIN, Mikhail. O autor e a personagem. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.3-20.

BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022, 207 p.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio (org.). **A personagem de ficção**. 11ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, 128 p.

CELINA, Lindanor. **Eram Seis Assinalados: romance**. 1ª ed. Belém: CEJUP, 1994, 248 p.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000**. 1ª ed. São Paulo: Planeta: 2020, 256 p.

FARES, Josse. De um narrador borboleta e seu exercício de máscaras. **Revista Sentidos da Cultura**, Belém, Universidade do Estado do Pará, v.4,

n.7, p.74-77, jul./dez. 2017. Disponível em:
<https://periodicos.uepa.br/index.php/sentidos/article/view/1464>. Acesso em: 5 jul. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. São Paulo: Global Editora, 2019, 728 p.

GUERRA, Gutemberg A. Diniz. O processo criativo de Lindanor Celina. **Revista Sentidos da Cultura**, Belém, Universidade do Estado do Pará, v.4, n.6, p.9-22, jan./jun. 2017. Disponível em:
<https://periodicos.uepa.br/index.php/sentidos/article/view/1426>. Acesso em: 5 jul. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Antônio Fontoura. 1ª ed. Curitiba: antoniofontoura, 2023, 178 p.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. "Prefácio à edição brasileira por Lola Aronovich". 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 2019, 400 p.

LUCAS, Fábio. Prefácio. Traços da ficção de Lindanor Celina. *In*: CELINA, L. **Eram Seis Assinalados**: romance. Belém: CEJUP, 1994, 248 p.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017, 364 p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v.20, n.2, p.71-100, jul./dez. 1995. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3038>. Acesso em: 6 jul. 2024.